



NOVA HISTÓRIA CULTURAL E FEMINISMOS: ENTRE COLORIDOS E POSSIBILIDADES

Dayane Nascimento Sobreira

Mestranda em História/UFPB - dayanesobreira26@gmail.com

Maria do Socorro da Silva Medeiros

Mestranda em Literatura e Interculturalidade/UEPB - msr_medeiros@hotmail.com

RESUMO: A emergência da Nova História Cultural trouxe um alargamento de temas e abordagens dentro do campo historiográfico. Fruto do diálogo com várias disciplinas, configura-se como uma história polifônica, como diz Burke (2010) cuja expansão trouxe também possibilidades. Dentre essas, a visibilização da história das mulheres e de suas lutas, do uso variado de fontes e de metodologias. Nesse sentido, essa comunicação visa apontar caminhos de trabalho com a história cultural para tecer histórias e memórias do movimento feminista a partir de grupos e das histórias de vida de suas integrantes. Com essa relação, teceremos fios da história do movimento e em especial da Cunhã Coletivo Feminista, ONG fundada na cidade de João Pessoa-PB no ano de 1990, visando contribuir com a história das mulheres, das resistências e dos feminismos no Estado da Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural, Movimento Feminista, Cunhã Coletivo Feminista.

Desde as últimas décadas são muitas as possibilidades de trabalho com temáticas e abordagens diversas no campo da História. Tais possibilidades, fruto de conexões interdisciplinares, diálogos, incorporação de métodos e conceitos foram necessárias ao alvorecer da historiografia em meio aos outros campos das ciências sociais. Como então articular a história dos feminismos em meio a tantas possibilidades e métodos? Este trabalho visa apontar tais nuances a partir da experiência de pesquisa com a história e memória de grupos feministas na cidade de João Pessoa-PB.

Cinderela entre as outras disciplinas, como satiriza Peter Burke (2008), a História foi redescoberta na década de 1970, passando por uma gradual renovação. A ênfase no estudo das culturas e a multiplicidade de temas marcou tal virada: eis o advento da História Cultural. Tendo como território comum o simbólico e suas interpretações, essa história teve nos Annales um aliado propulsor. Vinda de uma tradição histórica, essa “não é uma descoberta ou invenção nova” (Idem, p. 15), portanto. Passando pelas fases clássica, da história social da arte e da história cultural tal como a conhecemos,



irradiou uma longa profusão de temas e abordagens. Autores como Hobsbawm e Thompson descobriram o povo e a cultura popular, abrindo caminho para estudos vindouros.

Ponto de críticas também, essa história nova foi alvo de debates marxistas, sendo chamada de éterea e suspensa, pois despreendida de bases estruturantes. Com muitas questões, a cultura popular entrou no raio de olhar do historiador a partir de aproximações com outras disciplinas, deixando volátil portanto, fronteiras entre os campos. Influenciada principalmente pela Antropologia, autores como Clifford Geertz influenciaram vários estudos como o de Robert Darnton e seu *Grande Massacre de Gatos*. Como aponta Burke (2008), alguns autores como Emmanuel Le Roy Ladurie, Natalie Davis, Lynn Hunt e Carlo Ginzburg, buscaram na Antropologia uma maneira de articular cultura e sociedade sem beirar determinismos ou superestruturas. Contudo, “não se deve esquecer que alguns historiadores das velhas gerações já haviam estudado o simbolismo na vida cotidiana. O mais conhecido certamente é Johan Huizinga, que usou a antropologia de sua época para escrever sua obra-prima sobre o final da Idade Média” (p. 57).

Roger Chartier (1991) em um texto clássico sinaliza que a aproximação da história com outros campos foi meramente

estratégica. Para ele, uma crise geral nas ciências sociais que coincidiu com um declínio radical de saberes e teorias, foi responsável por minar a posição da história que incorporou métodos de outros campos, reformulando seus objetos e formulações e eclodindo em uma pluralidade de abordagens e compreensões. Conceitos como os de práticas e representações vieram à tona.

Tendência também, foi o estudo do microscópico através da micro-história que colocou questões como: De que modo articular geral e local? Nomes como Carlo Ginzburg constituíram o chamado paradigma indiciário. Com relação ao cultural, seria esse um novo paradigma? Pergunta Burke (Idem). Nesse, quatro autores foram de extrema importância para o estabelecimento de diálogos e novas linguagens: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

A introdução de novos grupos e sujeitos na historiografia fez eclodir aproximações também com valores e representações. Uma variedade dentro do mesmo paradigma e a mescla micro/macro refletiram em peculiaridades também dentro das próprias abordagens. No artigo *Clues, margins and nomades: The micro-macro link in historical research*, Matti Peltonen (2001) argumenta que autores como Certeau e W. Benjamin também são formuladores de estudos micro-históricos,



desestabilizando olhares com relação aos autores/as que logo associamos a essa abordagem. Tendo duas proposições que seria uma mais social e outra mais cultural como menciona Grendi (1998), a de se observar as especificidades dos contextos fundadores como o contexto italiano. Pelo jogo de escalas e o princípio de observação microscópica, a micro-história está atenta a indícios, sinais e sintomas. Como colocam Serna e Pons (1993), não há a existência de uma escola como são os Annales, não havendo obras que sistematizem esse conhecimento de forma pontual, eles próprios estão dando uma grande contribuição aos estudos acerca da história cultural e micro-história especialmente na Espanha.

Numa profusão de temas e abordagens, o que seria então esse campo da história cultural? Segundo Pons e Serna (2013, p. 09): “La historia cultural es un extensísimo campo en el que trabajan investigadores de distintas nacionalidades y de procedencias muy diversas. Rastrean variados asuntos y temas, numerosas cuestiones que no parecen tener relación entre sí”. São muitas as críticas de que estão presentes várias irrelevâncias dentro dessas abordagens, os autores argumentam que tal olhar depende do modo como o objeto está sendo tratado. Trabalhando com textos e imagens, referências e significados, apresenta uma pluralidade de

arestas e visões além da perspectiva da construção social da realidade. Uma importante categoria, a linguagem foi revisitada e encarada como fundante do real. Envoltos em liquidez, esse real está enraçado nas práticas e inventividades do homem comum, nas estratégias e táticas de que fala Certeau (2002). Não só expressa, como a linguagem também funda as identidades.

Já estaríamos em uma fase de Nova-Nova História Cultural? Questiona Burke (2008). O necessário para ele seria discutirmos possíveis alternativas de abordagem: O lançamento de novos olhares para velhos temas, como a alta cultura e a incorporação de novos domínios como a história política (e o efervescente conceito de culturas políticas), a violência e as emoções. Releitura é uma palavra de ordem como as que apontam para uma história da primeira guerra pela perspectiva do corpo ou por uma história cultural do terrorismo.

Uma história dos sentidos e da percepção torna-se possível sendo o estopim para a reação da história social que evidenciou problemas existentes na NHC: A definição de cultura, os métodos e o perigo da fragmentação. Não a de se negar tais desafios bem como a elaboração de narrativas fluídas. Não sendo homogênea, seria ela banal por elaborar brechas e possibilidades múltiplas de estudo? É o



que questiona Burke em posfácio a uma edição ampliada de seu *O que é história cultural?*. Dissertando acerca da história cultural no século XXI, coloca que essa já não se sustenta sem diálogos interdisciplinares, apostando em áreas hoje como a Ecologia. Diante do multiculturalismo e da ascensão dos estudos culturais, aponta a efusão de estudos que envolvem corpos, identidades culturais, mestiçagens e uma história das ideias.

Rompendo com fronteiras acadêmicas, o historiador cultural tem diante de seus olhos uma infinidade de temas e áreas. Serna e Pons (2013) elencam no livro *La historia cultural: autores, obras, lugares* dezenas de espaços de abordagens: A história da viagem, do carnaval, da mentira, do erotismo, da masturbação etc. Temas estes os mais variados possíveis. Falando da existência de colégios invisíveis, é a história cultural um grande campo irradiado em vários espaços. Já na introdução, o livro traz questões acerca da escrita da história: Como a elaboramos? Tem a história lugar de ciência? Qual o campo da história cultural? Pode ela cair na irrelevância? Estando imersa em um campo vasto de abordagens, a história cultural já incorpora leituras de textos, imagens, referências, significados. Eis que os autores seguem ampliando a visão de cultura e de suas

abordagens. Na França como herança de Bloch, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, essa história é variada e fez constituir uma rede de diálogos intensa. Como trazem os autores:

La historia cultural es probablemente uno de los dominios más innovadores de las últimas décadas, aquel sector en el que seguramente se están haciendo los avances más destacados, más deslumbrantes, más controvertidos, tal vez por los muchos y variados temas que sus practicantes se proponen investigar. (...) De acuerdo con esto, sería propio de la historia cultural de hoy en día todo producto humano que nos distanciara de la naturaleza, que nos sirviera para edificar un entorno propiamente artificial: es por eso que se habla de cultura material, popular, de masas, gastronómica, sexual, etcétera (Idem, p. 15).

A segunda parte do livro adentra o campo da Nova História Cultural, trazendo alguns expoentes e suas abordagens, a exemplo de Carlo Ginzburg, Natalie Z. Davies, Roger Chartier e Robert Darnton. A título de exemplo, desses, Natalie Davies é a autora que consegue trilhar sua trajetória caminhando entre a historiografia francesa e norteamericana. Como nos traz os autores, com a morte do sujeito, as ressignificações no campo histórico, o constante diálogo interdisciplinar e a visão do próprio texto como uma construção histórica, faz-nos não dar conta de todos os destinos e abordagens possíveis na NHC.



Uma história polifônica. É assim que Peter Burke (2010) vai elencar a história cultural como sendo marcada por uma multiplicidade temática e de vozes expressas nos textos, fruto também do diálogo com outras disciplinas, como já mencionado. História que não é exclusiva dos historiadores, portanto. Em suma, é essa uma história das marias-borracheiras, que agrada mas também coloca medo. Nessa feita, foram criadas associações para o desenvolvimento da história cultural, como na Inglaterra (nesta com mais resistência), França e Estados Unidos.

Dentre tantas renovações, a história das mulheres articulou-se na onda de pensar outros sujeitos na história, sujeitos até então marginais e excluídos das abordagens históricas. Muito ligada a narrativas políticas, essa história partiu para a análise (estudos de gênero) (SCOTT, 2011). Com a renovação de abordagens, metodologias outras começaram a se fazer presentes no *métier* do historiador: foi o caso da história oral.

Como aponta Paul Thompson (apud FREITAS, 2006), a história oral é tão antiga quanto a própria história. Tudo virando fonte, a memória de vários segmentos passou a ser legítima, trazendo o indivíduo para o texto histórico enquanto protagonista. Como diz Freitas (Idem), a história oral tem as lembranças como suporte, evidenciando uma memória

coletiva. Ainda: “A entrevista ajuda as pessoas a recuperar seus traumas, leva a uma melhor compreensão de si e do seu passado” (p. 72). Abertas essas possibilidades, pensamos relacioná-las ao tema de nossa pesquisa, contribuindo com a historicização das lutas de mulheres no Estado da Paraíba sob o viés da Nova História Cultural e de suas nuances.

Sobre as mulheres e a invisibilização de seus atos dos quais já falava Virginia Woolf no clássico *Um teto todo seu*, Michelle Perrot revela-nos uma dimensão impiedosa da historiografia: Ela é masculina e seus objetos também o são¹. Esse silêncio historiográfico veio a ser rompido somente no século XX, a partir das décadas de 60 e 70, especialmente quando a História solidificou seu diálogo com outras áreas de conhecimento. Para tanto, tendo sua imagem recoberta por mistérios e segredos, visto ausentes da história, as mulheres foram responsáveis por se utilizar de brechas cotidianas e construir espaços de liberdade, aos moldes do que colocou Certeau (2002).

Segundo a autora, o silêncio sobre a história das mulheres ou a exclusão da mulher do todo social se justificou no século XIX por uma série de discursos de filósofos por exemplo, como Hegel ou Comte que reafirmavam esse lugar de

¹ Com relação a essa discussão ver também: SWAIN, 2013.



exclusão. Esse século foi responsável por retrair as mulheres no espaço privado, predominantemente feminino (PERROT, 1988). Não obstante, mesmo retraídas, estavam imbuídas de poder, eram rainhas, “divindades do santuário doméstico”, pois realizavam compras, decidindo pelas mercadorias, difundindo gostos, o sucesso da moda, administrando as finanças caseiras. As mulheres já tomavam aqui um lugar de visibilidade frente à comunidade historiadora a partir de caminhos abertos pela autora. Para ela, desde a emergência dessa história ocorreram mudanças significativas:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítima para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2012, p. 15-16).

Assim, essas mudanças se projetaram embaladas também – como a autora cita – pelas discussões de gênero. Foi nesse limiar que Joan Scott publicou *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, texto originalmente lançado em 1986.

Emergido a partir de caminhos abertos pelos pós-estruturalistas, o conceito desconstrói a visão binária historicamente construída que opõe homem/mulher, feminino/masculino. Assim, é segundo a historiadora, uma inter-relação entre “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Sexo e gênero passaram a ser categorias disformes, distintas por se ligarem respectivamente a aspectos biológicos e naturais e aspectos socioculturais. Depois de apropriado de forma acrítica por alguns grupos, o gênero enquanto categoria descritiva mostrou-se insuficiente e, portanto, a contribuição de Joan Scott o entendendo como uma categoria de análise se mostrou ímpar e diferenciada. Ela veio mostrar dentre outras coisas, que não dá para se falar em gênero sem antes levar em conta variantes como a dimensão cultural do corpo e as relações de poder. A contribuição da autora extrapolou os limites fronteiriços dos Estados Unidos e influenciou estudos da área em todo o mundo. Na História, contudo, como menciona Pedro e Soihet (2007), houve uma incorporação tardia dessa categoria bem como da própria inclusão da mulher enquanto categoria analítica. Ainda como coloca Perrot



(2003), os silêncios vêm sendo vencidos mas ainda são muitos os desafios mas como aponta Burke (2008): “as categorias sociais, antes tratadas como se fossem firmes e fixas, agora parecem ser flexíveis e fluidas” (p. 107). Conceitos como classe e gênero são vistos como construções. Pensar a história das mulheres e a constução dos gêneros hoje é articular-se de forma nostálgica com as ebulições do campo da história no fim do século XX. Envoltas com esse sentimento, seguimos articulando possibilidades.

A partir de influências exógenas e integrado por mulheres advindas do exílio e do movimento pela Anistia, a segunda onda do feminismo paraibano nasceu como nos diz Sandra Craveiro Albuquerque (1992), em um espaço de exílio da cidadania. Eis que fora fundado o Centro da Mulher de João Pessoa que logo passou a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher, marcando o teor de suas lutas a partir da assunção da identidade feminista. Nascendo no cerne da Universidade Federal da Paraíba (campus João Pessoa) encabeçado por figuras como Eleonora Menicucci e Lourdes Bandeira, foi o primeiro grupo feminista brasileiro a realizar uma manifestação pública contra o assassinato de uma mulher, a poetisa

Violeta Formiga, morta de forma brutal por seu marido em 1982.

A chegada dessas mulheres de espaços de exílio, empregadas na UFPB na tentativa de modernização de seus quadros durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti, representou um “acontecimento”, tal como diz Rago (2013), como uma força que irrompeu com o curso dos movimentos de mulheres no Estado. Além da capital, em Campina Grande no campus II da UFPB e URNE – Universidade Regional do Nordeste, se articulou o Grupo de Mulheres de Campina Grande, surgido da cooperação também entre mulheres vindas de outros espaços, a saber: Ângela Arruda e Paola Cappellin. Percebemos a elaboração do fazer feminista na Paraíba a partir das universidades. Isso contudo, não restringia seu campo de atuação. Seja introduzindo o “tema da mulher” na Academia, realizando oficinas nas periferias das duas cidades ou assessorando grupos camponeses no Brejo do Estado, esses grupos se faziam presentes, atuando, elaborando um histórico novo para as lutas de mulheres seja no Brejo, na Borborema ou no Litoral.

Em João Pessoa, no seio da UFPB, o Grupo Maria Mulher influenciou a criação de núcleos de estudos de gêneros e de programas de extensão como o Grupo Mulher e Favela que atuava no bairro do Alto do Mateus a partir de diálogos



feministas que logo juntaram forças para criação do Coletivo Lilás, em 1989. Em Campina Grande, dentro da URNE, emergiu o Grupo Raízes, integrado por algumas do curso de Psicologia que atuavam em correlação ao Grupo de Mulheres da cidade. Sendo muitas as formações, afetações e capacitações, esse panorama montado se deflagrou na criação em 1990 de grupos ainda hoje atuantes no Estado da Paraíba, sendo eles: a Cunhã Coletivo Feminista e o Centro da Mulher Oito de Março. Em um balanço analítico acerca destes, Cândida Magalhães e Maria Lúcia Oliveira dizem:

A atuação dessas duas ONG's tem se caracterizado por um trabalho continuado de formação político-feminista de outros grupos de mulheres, que foram surgindo no interior do Estado, apoiando o seu fortalecimento social e político e popularizando o debate em torno dos direitos das mulheres em favor do crescimento do movimento de mulheres e do feminismo local e nacional (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2006, p. 67, *sic*).

A Cunhã surgiu em um contexto de pulverização de organizações não-governamentais no país, atuando na construção de redes de solidariedade, reivindicando direitos de cidadania e políticas públicas, sendo portanto, um importante agente de democratização. Seria uma “ONG cidadã” na leitura de Gohn (apud MACHADO, 2012). Seguindo

o fluxo da memória de Soraia Jordão Almeida, um das fundadoras e atual secretária executiva da ONG:

Depois de uma reunião do Lilás, que foi na minha casa, casa de estudante a gente tudo no chão, tinha só almofada, ficamos na porta de casa conversando eu, Lucinha, Sandra, Ana Adelaide, Rosa e dissemos: “Por que a gente não continua discutindo, nós que estamos aqui?” e continuamos, fizemos um projeto e foi aprovado pela Oxford em Recife. Aí tinha que ter um nome porque ainda éramos grupo de mulheres. (...) A gente fez esse primeiro projeto, eu até fiz o orçamento, eu até me lembro, quem escreveu mesmo foi Sandra e Lucinha. Mandamos, foi aprovado. Quando foi onze de dezembro de 1990 alugamos a casa, fizemos eu e Gilberta, essa coisa de procurar casa, fazer o CNPJ, começamos os trabalhos na casa de Sandra porque não tinha sede, passamos seis meses nas casas das meninas, se reunindo lá, fizemos a metodologia feminista entre nós mesmas (Soraia Jordão, 2015).

À Cunhã Coletivo Feminista confluíram redes de afeto e política dos grupos anteriores aqui citados. Nesse verve e com muitos links com a sociedade, Academia e grupos feministas de outros Estados – através de capacitações ou nos encontros nacionais – o grupo ganhou força, logo recebendo financiamento de órgãos como a Coordenaria Ecumênica de Serviços – CESE e elaborando eixos de trabalho que até hoje são os carros-chefes



da instituição². Fundado em 1990 com a colaboração de uma primeira leva de mulheres, algumas das quais permanecem até hoje nos quadros da instituição, logo contou com um quadro de profissionais formadas desde a Psicologia até o Jornalismo. Essa característica ligada ao Coletivo foi fundamental para a elaboração dos projetos e da concentração dos trabalhos que se ligaram desde já à efetivação de grupos de autoconsciência e da veiculação de campanhas e vídeos discutindo questões de gênero e do campo da autonomia das mulheres.

Cunhã (da língua tupi, *mulher*), foi o nome escolhido para a entidade que logo surgiu como confluência dos grupos anteriores. Em cordel produzido no ano de 2007 em alusão à comemoração de seus dezessete anos, a artista popular Maria Suedes Araújo, hoje membra da gerência executiva de equidade de gênero da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB), assim diz:

No início, foi difícil
Reunir, organizar
Até aprovar um projeto

² Sediada na capital João Pessoa, nas proximidades do Espaço Cultural José Lins do Rego em Tambauzinho, atualmente trabalha sob quatro eixos: *Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Fortalecimento do Movimento de Mulheres e Trabalho e Autonomia das Mulheres*. Desses, dois foram os motores de toda a história da fundação que ainda hoje atua realizando desde mobilizações até formações e intervenções, além de contar com um polo de atuação na mesorregião do Cariri.

Para a casa alugar
Definiu-se uma equipe
Disposta p'ra trabalhar

A Paraíba já não tinha
Grupos tão estruturados
O machismo dominava
Na terra de cabra macho
Com a onda do feminismo
Novo tempo foi criado

(ARAÚJO, 2007, p. 06)

Não devemos desconsiderar, contudo, o teor circunstancial de tal escrita: comemoração da quase maioria do coletivo. Escrita cujo desenrolar é perpassado por predicativos e linearidade. Os trechos acima destacados trazem os primeiros passos da ONG cuja organização sempre foi em residências, marcando seu caráter agregador e afetivo como nos falaram algumas de suas integrantes com as quais tivemos oportunidades de dialogar. Isso possibilitou a criação de laços afetivos que integram essas mulheres nos diferentes campos de suas vidas, constituindo uma verdadeira rede de afetos que se mesclam à militância e à prática política. Sendo o primeiro grupo institucionalizado, mas que carregou toda uma bagagem de luta anterior, suas integrantes não passaram por retaliações do mesmo patamar que suas pioneiras³, para

³ Algumas integrantes do Grupo Feminista Maria Mulher tiveram suas casas incendiadas e sofreram retaliações nos departamentos nos quais estavam ligadas nos âmbitos da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Regional do Nordeste. Por alterar lógicas de compadrio nessas instâncias e incitar a reflexão nos bairros de periferia e no Brejo



tanto, as ofensas se inseriam em outra ordem: os ataques pessoais. Conta-se que eram muitos os xingamentos com caráter ofensivo e pessoal: “sapatona, feia, mal amada”. A não negação desses estereótipos, foi usada como uma estratégia de afirmação de um fazer-se sentir, de causar impacto nos setores mais conservadores da sociedade.

Libertário, o feminismo da Cunhã sempre afirmou sua identidade cujo nome o carrega até hoje: Cunhã Coletivo Feminista, referente à centralidade que esse essa matriz o traz. Mesmo hoje, atendendo outras demandas que refletem as novas configurações do social, é o feminismo o eixo norteador de suas atividades. A assunção desse lugar até hoje desloca reflexões em “terra de cabra macho”⁴.

Nesse novo tempo, portanto, com foco na ação política feminista, no controle social de políticas públicas, direitos reprodutivos, descriminalização do aborto, na educação popular e no trabalho com grupos específicos como adolescentes e prostitutas, o Cunhã se articulou com diferentes instâncias como órgãos governamentais, e já nos anos 2000, com a Articulação de Mulheres Brasileiras,

CFÊMEA, dentre outros. Muitos eventos marcaram sua trajetória, portanto. Desde a participação em eventos nacionais feministas, organização, colaboração até a realização de grandes campanhas como a *Ninguém Engravidada Sozinha*, feiras da saúde e organização da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba.

Trabalhando com a metodologia feminista nos chamados grupos de reflexão, “as Cunhãs” sensibilizaram muitas mulheres para o deslumbramento das relações desiguais entre os sexos, para as violências sofridas e naturalizadas e para a compreensão da identidade feminina e da cidadania. Nesses grupos eram realizadas oficinas cuja proposta era a troca de experiências, com a premissa de que cada mulher apresenta situações experienciadas individualmente. Em exercícios de autorreflexão, essas mulheres se refaziam moldando outros mundos possíveis.

Nessas oficinas, que reuniam vivências coletivas e individuais, eram apresentadas discussões que partiam do uso de alguns materiais como músicas, figuras, levantamento de questões visando alcançar a vida e a subjetividade das mulheres a partir de um conceito chave: o empoderamento. Eis a lógica: refletir, analisar, sentir, empoderar-se. Dessas reuniões, geralmente se produziam materiais elucidativos das reflexões

por meio de oficinas de autoconsciência e assessorias é que essas atitudes eram justificadas.

⁴ Para discussão sobre Nordeste, masculinidades e poder: Cf. SILVA, 2008; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003.



realizadas, produziam-se poemas, folhetos, pinturas. Em pequenos grupos ou em reuniões internas, a metodologia feminista era posta em prática.

A Cunhã Coletivo Feminista que até hoje se destaca no quadro de organizações feministas do Estado, foi responsável por elaborar novas formas de pensar e viver o feminino seja através de campanhas, oficinas ou contribuindo com reflexões sobre práticas instituídas como naturais. Como diz Margareth Rago: “O movimento feminista denunciou as inúmeras formas de alienação e sujeição feminina, sobretudo aquelas que levam à perda de si mesmas para se constituírem pelo olhar e pelo desejo masculinos” (2006, p. 248). Assim, elaborou-se um conhecimento de si e do todo mais feminista, mais libertário e desestabilizador, exercício ainda hoje posto em prática pelo Cunhã que se figura como uma das mais importantes ONG’s feministas do país.

Tal abordagem, possibilitada por alargamentos no campo da História e de reconfigurações conceituais dentro do guarda-chuva da Nova História Cultural, enseja a visibilidade da história das mulheres e suas lutas no Estado da Paraíba. Histórico perpassado por atuações ímpares de mulheres como Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira, Maria da Penha Nascimento e outras. Mulheres comuns, personificadas nos textos através da

história oral. Metodologia capaz de trazer sensibilidade e emoção de forma explícita nas produções dos artesãos da Musa Clio. Ou por versos de cordel ou pelo exercício da memória. Se houvera de dar um salve, esse salve seria para o colorido da história cultural e de suas possibilidades, para o doce dessa história cheia de magia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Sandra M. Craveiro. **Feminismo**: o fim do exílio da cidadania feminina. Cunhã Coletivo Feminista: João Pessoa, 1992.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. Cultural History as Polyphonic History. **ARBOR – Ciencia, Pensamiento y Cultura**, Madrid, CSIC, vol. CLXXXVI, n. 743, mai./ jun. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 – artes de fazer. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, vol. 11, n. 5, 1991.

FREITAS, Sônia de. **História Oral**: Possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.



GRENDI, Edoardo. Repensar a Micro-História?. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

PELTONEN, Matti. "Clues, margins, and monads: the micro-macro link in historical research". **History and Theory**, Wesleyan University, n. 40, out. 2001.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: **O corpo feminino em debate**. Maria Izilda Santos de Matos; Rachel Soihet (orgs.). São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MAGALHÃES, Cândida Moreira; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. Paraíba: para onde o feminismo leva as mulheres? **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife, n. 3, 2006.

RAGO, Luzia Margareth. Narcisismo, sujeição e estéticas da existência. **Verve – Nu-Sul**, São Paulo, n. 9, 2006. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5147>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

SERNA, Justo & PONS, Anaclet. El ojo de la aguja ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?. **Revista Ayer**, Salamanca, Asociación de Historia Contemporánea, n. 12, 1993.

_____. & _____. **La historia cultural: autores, obras, lugares**. 2ª ed. ampliada. Barcelona: Akal, 2013.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba Mulher–Macho: Tessituras de gênero, (desa)fos da história**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história – novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo (orgs.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.

FONTES

ARAÚJO, Maria Suedes. **Cunhã: 17 anos de vida e feminismo na Paraíba**. João Pessoa: Cunhã, 2007.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Soraia Jordão Almeida**. Entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015. (1h e 43min).